

## **E depois das eleições?**

Publicação: [O Mundo em Português Nº57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autores: Carlos Lopes, Renato Janine Ribeiro, Pierre Hassner, Krzysztof Bobinski

Qual será a reacção, em diferentes áreas do mundo, a uma vitória de Bush e de Kerry? Até que ponto a mudança ou a continuidade influenciarão as relações entre os Estados Unidos e o resto do Mundo? Terá justificação a expectativa que rodeia, um pouco por todo o lado, a escolha do novo inquilino da Casa Branca?

África. A escolha dos parceiros

Carlos Lopes . Sociólogo, Guiné-Bissau

A política externa americana tem linhas de continuidade que não mudam com a chegada de um novo Presidente. O valor simbólico das relações internacionais na agenda política do país aumentou muito, mas devido à questão do terrorismo e à guerra do Iraque. Mais recentemente, a crise dos preços do petróleo também entrou na equação. O ângulo através do qual é visto o continente africano tem necessariamente a ver com estas preocupações. Em relação ao terrorismo, a África provavelmente será vista por ambos os candidatos como terreno de passagem e não de protagonismo, embora alguns influentes operativos da al-Qaida tenham vindo de África. A memória de Bin Laden no Sudão, ou das bombas em Nairobi e Dar-es Salaam já é remota em termos geo-estratégicos. O que Kerry é capaz de favorecer é uma aproximação a certos países, como a África do Sul, devido a uma maior compatibilidade política. Em matéria de comércio, Kerry não terá espaço político, em caso de vitória, para fazer grandes concessões em relação aos subsídios agrícolas e aos regimes de propriedade intelectual vigentes, pelo menos nos seus primeiros anos de governo. Em termos de ajuda ao desenvolvimento, a verdade é que ela sempre diminuiu nos regimes do Partido Democrata. De uma forma geral, devido à pouca importância de África nas actuais prioridades, e o seu fraco peso económico, não se podem esperar grandes mudanças no relacionamento com uma vitória de Kerry. Quanto à opinião pública, ela certamente

veria no democrata uma maior abertura para o mundo e para o multilateralismo, o que seria bem acolhido.

O governo Bush tem propostas concretas para África, que são aliciantes. Apesar de aumentar as condicionalidades, estará provavelmente preparado, em caso de vitória, para finalmente fazer avançar as suas propostas de diminuir o fardo da dívida dos mais pobres e aumentar a percentagem de doações do Banco Mundial. Essas são notícias boas para os políticos africanos, mas más para o sistema ONU, que seria invadido pelo aumento considerável da capacidade de doação do Banco Mundial. Em matéria geoestratégica é conhecida a vontade de Bush de aumentar os fornecimentos de petróleo vindos de África até 25%. Para isso são necessários reposicionamentos geoestratégicos. O que não fica claro é com que países se fará uma aliança mais forte, e neste campo pode haver surpresas. No Norte de África o Egipto estará sobre grande pressão política para se definir em relação à situação do Médio Oriente. A sua influência tem vindo a diminuir e com a mudança nos sistemas de ajuda ao desenvolvimento, introduzidos pela administração Bush, as perdas para o país de Mubarak, num período de transição interna, podem ser grandes. As opiniões públicas árabes, segundo vários inquéritos, inclusive da própria administração americana, estão muito agastadas com os EUA. A vitória de Bush não será bem recebida em particular por essa franja da população.

América Latina. O maniqueísmo do Norte

Renato Janine Ribeiro . Fundação CAPES, Ministério da Educação, Brasília

Temos que distinguir três aspectos: o económico, o político e o simbólico. Cada vez mais, a política está governada pela economia, e isso significa, nas relações internacionais, que ela depende mais do comércio externo. Parece quase consensual, entre os estudiosos do assunto, que os democratas são mais proteccionistas, dada a sua ligação com os sindicatos de trabalhadores – e portanto, para a América Latina, uma vitória de Bush seria mais positiva. Mas é claro que essa ideia supõe que o eixo da nossa economia sejam as exportações para os Estados Unidos, quando na verdade há também outras agendas em jogo. Do ponto de vista propriamente político, o problema de Bush é o esvaziamento de sua imagem, que fora de seu país é a pior que um presidente norte-americano teve desde Johnson e Nixon. E esses dois carregavam o peso de uma guerra de agressão (ao Vietname) que causou mais de um milhão de mortos. Contudo, por isso mesmo, Bush não serve de exemplo ou modelo. Políticos nossos poderiam considerar Clinton um modelo a emular, Bush nunca. Talvez possa

ser o caso de Kerry, até por ter uma esposa de língua materna portuguesa. Não se sabe ainda. O ponto principal me parece ser o simbólico. Embora possa até haver vantagens económicas numa vitória de Bush, o facto é que desde a eleição de Clinton as campanhas norte-americanas têm sido cada vez menos político-partidárias e cada vez mais a ocasião de um confronto de duas visões do mundo radicalmente opostas. Uma delas, que os democratas assumem, é compartilhada pela opinião esclarecida do mundo inteiro. Já a outra, que os republicanos representam, soa reaccionária ao resto do mundo.

Assistimos assim nos Estados Unidos, mais que a uma campanha política, a uma guerra cultural. Ela recorda a guerra que a Igreja Católica declarou contra a modernidade, com o Syllabus, de Pio IX, em 1864. Hoje, todos os valores que reúnem a opinião esclarecida – da luta contra o efeito estufa e em defesa do meio-ambiente até os direitos das mulheres, do combate à desigualdade social até à liberdade sexual – parecem estar em jogo nas eleições norte-americanas. Penso que isso é mais importante, para o mundo, do que a balança comercial. É claro que o Brasil e outros países têm a ganhar ou a perder com as direcções do comércio internacional, mas o que vemos hoje é uma disputa sobre os rumos da civilização. Penso, também, que as opções civilizacionais da direita republicana são um soluço, um espasmo: em poucos anos, deverão estar sepultadas. Mas posso estar errado, e neste caso elas apontam para um mundo bastante triste e com pouca liberdade. E mesmo que esteja certo, elas podem atrasar vários passos que são decisivos para o mundo.

Finalmente, o confronto nos Estados Unidos restabelece, naquele país, um maniqueísmo que parecia estar afastado da política democrática. É elementar, na teoria da democracia contemporânea, que não podemos descartar o outro como sendo o Mal. Contudo, quando se dá um confronto como o que há nos EUA – ou como o que opõe, na Europa, democratas e racistas – renasce o maniqueísmo no centro mesmo dos países desenvolvidos, que aparentemente deveriam ter superado esse problema. O curioso é que, em países como o Brasil, que têm indicadores de exclusão social bem piores que os do Atlântico Norte, esse maniqueísmo está desaparecendo. Está difícil pensar a política, hoje, segundo o recorte entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: parece que estes últimos assumiram os traços da modernidade, enquanto aqueles recuaram.

Europa. O diálogo possível

Pierre Hassner . CERI, Paris

Os mesmos traços pessoais e sociais que tornam provável a vitória de Bush – a reafirmação nacional e religiosa da América profunda, o «efeito do 11 de Setembro», que continua a prevalecer sobre o «efeito Vietname», a confiança do presidente em si mesmo, na sua missão e uma visão do mundo sem nuances – tornam pouco provável a sua conversão, num segundo mandato, a uma política mais próxima dos europeus. Alguns, como Henry Kissinger, pensam que ele irá ficar ressentido com os seus belicosos conselheiros por o terem conduzido ao ninho de vespas iraquiano e que prestará maior atenção à complexidade do sistema internacional. Outros pensam que, longe de ser um instrumento nas mãos dos neo-conservadores, é ele o inspirador de um estilo político que corresponde ao seu carácter e à sua visão do mundo. É certo que não poderá reeditar no Irão ou na Coreia do Norte a aventura iraquiana, que não poderá combinar indefinidamente aventura externa e redução dos impostos, que a ideia de um império benevolente instaurador da democracia no mundo a baixo custo, com uma guerra rápida e triunfante, morreu. Mas é provável que ele continue, como se vangloria, a ser inflexível, a sentir-se investido de uma missão e a remeter para o mundo das trevas os seus concidadãos e aliados que recusem segui-lo.

E se, entretanto, Kerry vencesse, graças ao descontentamento económico e social de alguns Estados chave ou a um escândalo ou revés que fizesse estalar a aparente invulnerabilidade presidencial? O que ameaçaria estalar também, neste caso, é o mal-entendido, real ou dissimulado, entre John Kerry e os europeus. Estes, e em particular a França, tinham defendido, sotto voce, as suas reticências em se envolverem no Iraque, mesmo depois do 30 de Junho de 2004 e da resolução do Conselho de Segurança que legitimava a nova autoridade provisória iraquiana e as eleições previstas para 30 de Janeiro, com a intenção de não fornecer um argumento a George Bush e de não embaraçar John Kerry, que censurava o actual presidente por não garantir o apoio dos aliados. Por seu lado, o candidato democrata pretende ter um plano de saída, que consistiria essencialmente em convencer os seus aliados a aliviar os EUA de uma parte do seu fardo, assegurando uma retirada parcial das suas tropas. Mas os países europeus, a começar pela França, não parecem demonstrar qualquer veleidade de desempenhar este papel, e mesmo se o aceitassem, é mais do que duvidoso, tendo em conta a degradação da situação, que a sua participação contribuísse efectivamente para uma mudança. Na altura da queda do Muro, um conselheiro de Gorbatchev, G. Arbatov,

tinha anunciado aos Ocidentais: «nós vamos infligir-vos um golpe terrível: vamos privar-vos de um inimigo». John Kerry, se fosse eleito, infligiria aos europeus um outro terrível golpe: privá-los-ia de um álibi. E a recíproca é também verdadeira. Daí a probabilidade de decepção recíproca e de nova crise atlântica. Como, aliás, Kerry está em princípio quase tão afastado quanto George Bush da posição europeia sobre o conflito israelo-palestino ou sobre outros problemas, em particular económicos, a lua-de-mel transatlântica arriscar-se-ia a ser breve. Persiste, contudo, que a visão do mundo dos democratas é muito menos afastada da dos europeus que a da direita republicana, que John Kerry tem uma qualidade de que George Bush carece totalmente, a de saber ouvir, e que sobre o problema central que se coloca ao Ocidente, o de combater o terrorismo e a proliferação nuclear sem os reforçar com guerras indiscriminadas ou intempestivas, há hipóteses para um diálogo a sério.

Polónia. O regresso à Europa

Krzysztof Bobiński . Fundação Unia&Polska, Varsóvia

A Polónia, um dos poucos Estados membros da União Europeia presente com tropas de combate no Iraque, tem estado em lua-de-mel com os Estados Unidos, mas esse tempo, independentemente de quem ganhar as eleições para a Casa Branca, está a acabar. No início de 2003, o governo polaco tomou a decisão de equilibrar a adesão à União com uma forte relação com os Estados Unidos, o que se concretizou em duas vias: por um lado, a aquisição de caças americanos F-16 e, por outro, a ida para o Iraque, após a assinatura da carta dos Oito. Os líderes polacos da altura, desapontados com o pacote financeiro proposto, em Copenhaga, para a adesão à UE, viram no desenvolvimento de uma forte relação com os Estados Unidos a ligação da economia polaca a um parceiro dinâmico que, em troca, oferecia a promessa de investimento, em ligação ao negócio dos F-16. A decisão de ir para o Iraque prendeu-se com a procura de garantias de segurança. Assim, ir para Bagdad foi visto como uma forma de garantir a segurança da fronteira leste da Polónia.

Passados quase dois anos, grassa o desapontamento. O investimento dos Estados Unidos foi menor do que o esperado. O governo polaco não fez grandes progressos num dossier importante, a autorização de entrada sem visto nos Estados Unidos. E, com a manifesta falta de empenho dos Estados Unidos para que a NATO garanta a integridade territorial dos seus novos membros do Leste europeu, a segurança das fronteiras orientais do país parece frágil. Entretanto, os soldados polacos continuam vulneráveis no Iraque, parte integrante do Grande Médio Oriente, onde os americanos

têm muito mais interesse. Existem igualmente problemas de equipamento, pois os polacos consideram que os Estados Unidos têm sido muito pouco generosos a fornecer os veículos e as armas de que as tropas de Varsóvia necessitam no Iraque. À medida que se aproximam as eleições gerais (que decorrerão em 2005), sobem de tom as exigências de retirada das tropas polacas do Iraque. Ainda recentemente o ministro da Defesa, Jerzy Szmajdziński, afirmou que as tropas deveriam sair no final do próximo ano e, apesar de ter sido desmentido pelo primeiro-ministro, as suas declarações ainda têm algum valor.

O desapontamento pela falta de resultados de uma política mais pró-americana parece estar a levar os dirigentes polacos a considerarem com mais seriedade as opções da política europeia de defesa – e mais quatro anos de Bush não vão alterar isso. A Polónia pode ter tido um estatuto de «estrela» com esta administração (para George Bush é o país que se opôs a Moscovo e com quem se pode sempre contar na luta pela liberdade), mas não foi por isso que Varsóvia conseguiu atingir os seus objectivos e a relação não pode melhorar, só piorar – os Estados Unidos serão intransigentes em relação às exigências polacas e os polacos virar-se-ão de uma forma mais positiva para a Europa. Partindo do pressuposto que uma vitória de Kerry significa uma relação mais positiva com a Europa, a Polónia poderá mais facilmente e com maior dignidade afastar-se do Iraque, e aproximar-se das posições da União. Se a Polónia entrou numa espécie de limbo com a sua política pró-americana dos últimos dois anos, uma vitória de Bush não irá aliviar nada essa sensação de desconforto. Uma vitória de Kerry tornará muito mais fácil o reequilíbrio das relações entre a Polónia, os Estados Unidos e a Europa.